

A perspectiva de alunos e servidores dos Cursos Técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica integrados ao Ensino Médio no IFRR

10.35819/scientiatec.v10i2.6438

Lidiane Silva dos Santos¹

Patrício Ferreira Batista²

Maristela Bortolon de Matos³

Resumo: Este estudo descreve as possíveis causas para a retenção dos alunos, no contexto dos cursos técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica, integrados ao Ensino Médio, no Instituto Federal de Roraima, Campus Boa Vista (IFRR / CBV), durante o período concernente aos anos de 2017 a 2019. A respectiva pesquisa foi realizada através da abordagem descritiva qualitativa, e adotou como procedimento um estudo de caso, cujos dados foram coletados a partir da aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados com alunos, professores e a equipe pedagógica da instituição. Os resultados mostram como evidências: (1) problemas pessoais, relacionados a defasagem da aprendizagem nas áreas de cognição, dificuldades financeiras e de logística na aquisição de saberes, assim como o desânimo e o desinteresse por estas aquisições; (2) dificuldades relacionadas aos aspectos institucionais, como a morosidade na realização das dependências em disciplinas, o número excessivo das mesmas, suas cargas horárias, o conflito na integração curricular, o tempo reduzido para o planejamento e a complexidade institucional, ao lidar com uma diversidade de cursos e etapas de ensino; por fim (3), fatores familiares, como a ausência de acompanhamento da vida acadêmica do estudante. Os dados confirmam que os fatores dessas retenções são multicausais, incidindo sobre o relacionamento mantido entre professores, estudantes e equipe pedagógica.

Palavras-chave: educação profissional; ensino médio integrado integral; estudo de caso; retenção escolar.

Abstract: This study describes the possible causes for student of retention, in the context of technical courses in Electronics and Electrotechnics, integrated into High School, at the Federal Institute of Roraima, Campus Boa Vista (IFRR / CBV), during the period concerning the years 2017 to 2019. The respective research was carried out using a qualitative descriptive approach, and adopted a case study as a procedure, whose data were collected from the application of interviews and semi-structured questionnaires with students, teachers, and the institution's pedagogical team. The results show as evidence such as: (1) personal problems related to learning delay in the areas of cognition, financial and logistical difficulties in acquiring knowledge, as well as discouragement and lack of interest in these acquisitions; (2) difficulties related to institutional aspects, such as slowness in carrying out dependencies in disciplines, the excessive number of them and their workloads, the conflict in curricular integration, the reduced time for planning and the factors of these institutional complexity, when dealing with a diversity of courses and teaching stages; (3) family factors, such as the lack of monitoring of the student's academic life. The data confirm that the factors of these retentions are multicausal, focusing on the relationship maintained between professors, students and the pedagogical team.

Keywords: professional education; integral integrated high education; case study; scholar retention.

¹Instituto Federal de Roraima, E-mail: professoralidianesantos@gmail.com

²Instituto Federal de Roraima, E-mail: patricio.batista@ifrr.edu.br

³Instituto Federal de Roraima, E-mail: maristela@ifrr.edu.br

INTRODUÇÃO

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no Brasil, apesar da contínua expansão (desde 2006), observou-se a necessidade na adoção de ações mais contundentes, como o acompanhamento da qualidade do ensino ofertado e da finalização dos cursos. Os dados estatísticos educacionais apresentados pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), continuam a apontar para a existência de um alto índice de evasões e retenções nos cursos profissionalizantes e técnicos (BRASIL, 2014).

Além das estatísticas alarmantes, reveladas primeiramente, por meio da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2013, havia outros problemas que incorriam sobre a ineficácia da aprendizagem, tais como a “carência de docentes, falta de infraestrutura e de apoio ao desenvolvimento de pesquisa e extensão”, que fez surgir o Acórdão 506/2013, que exigia providência dos órgãos responsáveis e de suas instâncias (ANDIFES, 2013, p.01). Entre as ações estavam: reforçar a assistência estudantil, obter maior apoio pedagógico, construir um manual com medidas preventivas e efetivar a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A situação que se apresentava, era restrita e de difícil aceitação, haja visto o crescimento econômico do País, no período em questão, e, novamente, a extrema necessidade por trabalhadores qualificados, porém com perfis diferentes, não apenas para o manuseio de máquinas, mas para a inovação, a tecnologia e gestão de processos (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Motivos que levaram a criação de uma Portaria do Ministério de Educação (MEC), executada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) n.º 39 de 2013, que determinava a formação de um grupo de trabalho interno, cujo objetivo era o de compilar dados e produzir um documento orientador, que desse base aos planejamentos no combate aos fenômenos de evasão e retenção. Uma das ações seria a implantação, nos campi, de um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para a Permanência e Êxito dos estudantes (BRASIL, 2013).

As pesquisas sobre o fracasso educacional foram intensificadas, principalmente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visto que suas características formadoras se associavam às necessidades do mercado, o que fez gerar um documento orientador para a superação da evasão e da retenção na Rede

Federal de Ensino (BRASIL, 2014). Deste modo, as instituições federais deram início à elaboração dos planos estratégicos para permanência e êxito dos estudantes.

Apesar de transcorridos quatro anos após a divulgação do documento, o relatório do segundo ciclo de monitoramento, produzido pelo Inep em 2018, que trata do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014/2024), informa que, de modo mais específico, algo mais contundente necessita ser feito a respeito do êxito estudantil no ensino médio (BRASIL, 2018).

No entanto, também há dados positivos, como a redução das evasões, confirmadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2019) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Grande parte, dos bons resultados, se deve por conta de programas federais como o Bolsa Família instituído pela Lei n.º 10.836/04, porém, a mesma situação não pôde ser verificada quanto às retenções e distorções idade-série, indicando que apenas a permanência não garante o êxito escolar, apontando a importância no aprofundamento sobre tais causas (BRASIL, 2019a; SILVAS, 2018).

Em resposta ao contexto exposto, o Instituto Federal de Roraima (IFRR), estabeleceu, por meio da Portaria n.º. 1392/2015, uma comissão interna para o levantamento dos casos de evasão e retenção dos discentes. O grupo se organizou em comitativas para a realização de visitas a todos os campi da região, que são: o de Amajari, o do Avançado do Bonfim, o da Zona Oeste de Boa Vista e o do Centro de Boa Vista, sendo este último o objeto de estudo da presente pesquisa (IFRR, 2015).

Apenas a partir dos levantamentos prévios e observações realizadas pela equipe pedagógica, e após o acompanhamento do fluxo escolar, ficou evidente o crescimento nos casos de retenção, o que despertou interesse, e logo tornou-se objeto da presente pesquisa. Para tanto, foi traçado o problema norteador deste estudo: Quais fatores estariam causando as retenções nos cursos técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica integrados no Instituto Federal de Roraima, Campus Boa Vista (IFRR/CBV)?

Dessa forma, o objetivo geral desse estudo ressaltou como alguns fatores contribuem para os casos de retenção e evasão escolar ocorridos no percurso de aprendizagem dos estudantes da turma 2017.1 nesses dois cursos. Enquanto que, os objetivos específicos concentraram-se em (1) identificar quais fatores estão relacionados com as causas das evasões e retenções, a partir da percepção dos sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem: estudantes, professores,

equipe pedagógica e integrantes da assistência estudantil; (2) caracterizar as ações de intervenção realizadas pela gestão do Instituto Federal de Roraima no Campus Boa Vista (IFRR / CBV) para o enfrentamento da falta de êxito dos discentes, e por fim, (3) permitir a reflexão dos profissionais envolvidos sobre os aspectos concernentes à retenção escolar.

Para tanto, utilizamos como suporte teórico os estudos de Freire (1996), Ramos (2008;2011), Jacomini (2009), Ciavatta; Ramos (2011), Silva et al., (2014), Araújo e Frigotto (2015), Caire e Oliveira (2016), Figueiredo e Salles (2017), Martinho et al., (2017), Ferreira (2017), Gil (2018) e Silvas (2018), estes para ajudar na compreensão dos aspectos fatoriais relevantes à culminância das retenções.

Esse artigo é um recorte do resultado da análise da pesquisa de dissertação, apresentada ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Roraima, intitulado: “Um estudo de caso acerca das causas das evasões e retenções nos cursos técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica integrados ao ensino médio no Campus Boa Vista/ IFRR”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão sobre o fenômeno da retenção

Apesar do ensino ter se tornado mais acessível e popular, de acordo com os dados confirmados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2020), o sistema educacional brasileiro ainda não consegue apresentar bons números quanto à eficácia e equidade do ensino ofertado. Resultado, em grande parte, dos descasos do poder público.

Para Ciavatta (2008) e Ramos (2014), é em meio ao crescimento econômico do país que a verificação da instrução foi aos poucos tornando-se estratégia política. Enquanto provedor de mão-de-obra qualificada, o sistema educacional brasileiro foi estruturado como reflexo da sociedade a qual representa, inclusive, exteriorizando as diferenças socioeconômicas existentes (MARTINHO et al., 2019). Portanto, as reprovações escolares foram justificadas através das dificuldades de acompanhamento ou da falta de êxito dos estudantes, expondo a expropriação cultural vivenciada há décadas pelas pessoas de baixa renda que, ao serem reprovadas repetidas vezes, abandonavam a escola ainda nas séries iniciais.

Na década de 1930, de acordo com Gil (2018) e Jacomini (2009), a reprovação, a retenção, a repetência, a evasão e o abandono, deixaram de ser naturalizados e passaram a ser vistos enquanto problemas de extrema urgência, que deveriam ser compreendidos e solucionados. No entanto, muitos educadores acreditavam na necessidade de enxergarem estes problemas como uma seleção natural do processo de ensino/aprendizagem, onde os mais preparados e desenvolvidos, cognitivamente, se sobressairiam em relação aos outros.

Nesse sentido, a retenção escolar passou a ser constituída como um resultado das sucessivas reprovações no decorrer do ano letivo, inclusive nas recuperações bimestral e final, levando o estudante a repetência. De acordo com os teóricos, Gesser e Martins (2017), essas situações se apresentam de forma associada, progressiva e causal, revelando o agravamento da situação do não aprendizado do aluno, o que, segundo Jacomini (2009), é por vezes entendido como algo aceitável e comum a classe docente.

Martinho et al. (2019) relatam que, para o aumento da “produtividade” educacional, as políticas públicas educacionais brasileiras foram elaboradas com direcionamento a homogeneização intelectual e padronização das turmas, já com a seriação, a composição do calendário anual e a carga horária a ser cumprida, desconsideraria as subjetividades dos sujeitos.

Assim, a educação foi sendo consolidada, desde o período da escola moderna em 1599, até se aprofundar nos séculos XIX e XX. Com base na psicologia experimental de Alfred Binet (1857-1911), precursor dos estudos para avaliação do nível de desenvolvimento mental dos indivíduos, e a partir do qual, todos os estudantes, ordenados por idade, teriam capacidades semelhantes, ou aproximadas para aprender e se encontrariam em níveis de aprendizagem idênticos, conforme relata Gil (2018).

Logo, segundo os padrões europeus, introjetados à educação brasileira por meio de membros da elite, as estruturas escolares brasileiras, gerenciais e pedagógicas agiam seguindo parâmetros de “limitações” ou “sucessos” dos estudantes quanto à aprendizagem dos conteúdos, estabelecidos conforme a faixa etária.

Para Gesser e Martins (2017) e Martinho et al. (2019), apesar dos debates que ocorreram entre educadores, ainda na década de 1930, as dificuldades de aprendizado e de êxito educacional nunca foram apresentadas partindo do

relacionamento destas com o formato seriado e homogêneo proposto, havendo sempre a pressão sobre o aluno, desconsiderando o princípio da reflexão da práxis educativa tão preconizada por Freire (1996).

A compreensão era, e em muitos casos ainda é, de que, reprovar, reter e/ou repetir, são resultados alcançados por quem não tem capacidade de aprender, pela falta de dedicação aos estudos, ou mesmo como consequência natural de um desejo ilusório dos sujeitos das classes mais pobres, assim nos expõe Jacomini (2009). Essa assertiva defende a retenção como parte de uma exclusão natural e aceitável, tratada por alguns educadores como meio de manter um padrão de “qualidade” no ensino, como expõe Ferreira (2017).

A situação piora quando se percebe que os estudantes e familiares internalizam os pensamentos de inaptidão para os assuntos acadêmicos, encarando-os como verdades imutáveis. Tal reflexão é corroborada por Aguiar, Brito e Tenório (2012).

Por isso, os fatores ao entorno do ensino precisam ser analisados, identificados, compreendidos e contextualizados, bem como as percepções dos sujeitos que vivenciam tais situações, pois indicam os reais motivos que, intensificam ou atenuam, as dificuldades escolares. Necessitando, portanto, serem desmistificados, a fim de favorecer o êxito formativo dos discentes.

PERCURSO METODOLÓGICO

Propôs-se aqui, uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, com um objetivo explicativo-descritivo e procedimentos de estudo de caso, visando ao aprofundamento do fenômeno (LÜDEK; ANDRÉ, 2013). A técnica utilizada para tanto foi a de coleta de dados por meio dos instrumentos de entrevistas e questionários, ambos semiestruturados, no intuito de identificar as causas das retenções, na percepção dos sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem, ou seja, os docentes, a equipe pedagógica e os estudantes retidos (GIL, 2002).

Para a coleta de dados foram desenvolvidos dois questionários eletrônicos distintos, um para ser aplicado aos professores, e outro aos estudantes retidos, além de um roteiro de entrevista que foi direcionado à equipe pedagógica. Todas as análises foram coletadas no primeiro semestre do ano de 2020, durante dois meses. Contudo, informações complementares, para maiores esclarecimentos desta pesquisa, foram adquiridas através de funcionários diversos da instituição.

A pesquisa de campo se desenvolveu no Instituto Federal de Roraima (IFRR), no campus Boa Vista (CBV), localizado na capital Boa Vista e o objeto de estudo concentrou-se nos cursos técnicos em Eletrônica e em Eletrotécnica, integrados ao Ensino Médio, no formato integral e na modalidade presencial, no período destacado entre os anos de 2017 a 2019. O critério para a escolha por estes cursos deu-se por serem pertencentes ao mesmo eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais, e por apresentarem valores significativos merecedores de aprofundamento quanto aos índices de retenção do período analisado.

Para a organização amostral, buscaram-se os conceitos utilizados pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e o Documento Orientador para a superação da evasão e da retenção na Rede Federal, elaborado pelo Ministério de Educação (BRASIL, 2014), os quais consideram retidos os alunos que tiverem suas matrículas ativas, estando em curso ou em integralização de fase escolar, após a data prevista para o término de seus ciclos de matrícula. Reafirmamos ser, esta pesquisa, especificamente sobre as retenções ocorridas na turma 2017.1.

A coleta dos dados quantitativos e documentais fez-se junto ao Departamento de Registros Acadêmicos (DERA), na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), junto aos departamentos específicos do Instituto Federal de Roraima (IFRR) no Campus Boa Vista (CBV). Os estudantes foram identificados em consonância ao Departamento de Assuntos Estudantis (DERA) do Campus Boa Vista (CBV), com o repasse da listagem referente ao fluxo educacional, na qual os estudantes foram mapeados por meio das numerações de suas matrículas.

Tendo em vista a pandemia ocasionada pelo coronavírus (SARS COVID-19), e a necessidade urgente, em se manter o distanciamento social, a fim de evitar mais disseminação desse vírus letal, decidimos que o contato seria realizado via ligação telefônica, WhatsApp, envio de e-mail e visitas às residências com consentimento dos participantes, seguindo sempre as recomendações de distanciamento e cuidados estipulados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

As entrevistas foram realizadas com 2 coordenadores dos cursos, 1 de Eletrônica e 1 Eletrotécnica, o diretor de ensino do Campus Boa Vista (CBV), 1 Técnico em Assuntos Educacionais e 2 integrantes da Assistência Estudantil, contabilizando um total de 6 pessoas envolvidas com o curso. Participaram também 10 estudantes que ingressaram na turma de 2017 e ficaram retidos após o último

semestre de 2019, quando deveriam ter concluído o curso, além de 17 professores atuantes nos dois cursos naquele período.

Para interpretação do fenômeno investigado, se fez uso do método de análise de conteúdo segundo Bardin (2011), bem como da descrição obtida a partir da realidade investigada e dos significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa (SAMPLERI; COLLADO; LÚCIO, 2006; GIL, 2002). A partir disso, os questionamentos em comum, feitos aos três grupos, foram analisados buscando a triangulação entre si, expondo desta forma os resultados que obtiveram acentuada evidência, por categoria (análise de conteúdo) e significados aproximados.

Quadro 1: Categorização da retenção

Categorização sobre a retenção nos Cursos Técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica	
Categorias/ Fatores	Variáveis qualitativas
Causas da retenção	Internos: ⇒ Falta de identificação com o curso; ⇒ Desânimo e desinteresse; ⇒ Dificuldade com a rotina intensa e a dificuldade na organização dos horários para estudo; ⇒ Defasagem educacional; ⇒ Período de maior dificuldade; ⇒ Disciplinas com defasagem de aprendizagem. ⇒ Autoavaliação dos estudantes.
	Externos: ⇒ Dificuldades financeiras; ⇒ Influência dos familiares nas decisões e vivências educacionais; ⇒ Não acompanhamento no percurso formativo dos jovens.
	Institucionais: ⇒ Carga horária alta e muitas disciplinas; ⇒ Dificuldade da integração curricular; ⇒ Tempo reduzido para planejamento; ⇒ Complexidade institucional; ⇒ Organização didática.

Legenda: Estudantes Retidos (ER), Professores (P) e Equipe Pedagógica (EP).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

RESULTADOS DA PESQUISA: UM BREVE DEBATE

Os resultados e discussões serão apresentados considerando as categorias que foram estruturadas a partir da organização e análise dos dados coletados referentes ao período entre os anos de 2017 e 2019. Inicialmente, serão abordados os aspectos relacionados as possíveis causas para a retenção, na perspectiva dos sujeitos da pesquisa e em seguida as informações serão questionadas.

CAUSAS DA RETENÇÃO NO CAMPUS BOA VISTA (CBV)

Os dados coletados possibilitaram a identificação de alguns fatores como fomentadores das situações de retenção, como indica a figura 1 na perspectiva de alunos, professores e equipe pedagógica.

Figura 1: Fatores causadores da retenção



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

As representações gráficas expõem a expressividade de alguns aspectos, tanto para alunos, quanto para a equipe pedagógica e professores, compondo as observações abaixo:

FATORES PESSOAIS COMO POSSÍVEIS CAUSAS PARA RETENÇÃO

Ausência de identificação com o curso

Um dos pontos abordado é a questão da não identificação com o curso. Para professores e integrantes da equipe pedagógica esse fator surge como um entrave ao

êxito acadêmico. O apontamento chama a atenção, pois para os estudantes que passaram pela experiência da retenção, a não identificação com o curso não chega a ser um dificultador na trajetória educacional.

Na associação da questão com as possíveis motivações para a escolha do curso, nota-se que, para os estudantes, apesar da decisão ser pautada nas indicações feitas por familiares, a possibilidade de emprego logo após o término do curso é o agente responsável para o prosseguimento do aprendizado e enfrentamento das dificuldades escolares, ficando em segundo plano, a obtenção da qualificação profissional. Barros e Murgu (2018) justificam a busca dos jovens pela profissionalização, ao confirmarem que um dos anseios dos alunos ao adentrarem o Ensino Médio é a ascensão social e o rompimento com questões limitantes.

A presente afirmativa se consolida a partir das respostas apresentadas pelos discentes. Dentre os 10 participantes, 08 afirmaram que escolheriam novamente uma instituição de ensino profissionalizante, mesmo havendo uma outra de igual estrutura e qualidade de ensino, mas que não fosse técnica.

O desinteresse e a inadaptabilidade

Quanto ao desinteresse, observa-se que a rotina diária extensa, realizada em dois turnos, pode ter levado os discentes ao cansaço, desestimulando-os e desmotivando-os. Professores e equipe pedagógica explicam:

P3 - O principal motivo é o desinteresse do aluno, a falta de motivação para dar conta simultaneamente de 13 a 15 disciplinas, a exaustão e problemas pessoais.

EP 5 - A questão da rotina, já mencionado anteriormente, que se torna um pouco mais pesada, deixando-os mais fadigados com essa nova rotina.

Semelhante aos resultados de outras pesquisas, com destaque para a de Gesser e Martins (2017), Aguiar; Brito e Tenório (2012), o desinteresse e a falta de perspectiva pelos estudos tem surgido, constantemente, como uma das principais características dos jovens estudantes no Ensino Médio. Tais aspectos ganham maior profundidade, com as implicações de caráter emocional, originadas das dificuldades vivenciadas ao longo do percurso.

Segundo o informante EP 5, esses fatores podem se agravar com o passar do tempo, causando enfermidades no estudante e, assim, estimulando o pensamento acerca da evasão escolar, argumento também verificado por Barros e Murgo (2018). O fator chama a atenção, pois, ao serem questionados sobre a ocorrência da reflexão em relação a possibilidade da desistência do curso, 6 estudantes afirmaram ter vontade de desistir.

Falta do hábito de estudo e de organização dos estudos

Nota-se, a partir das falas de todos os participantes, haver uma sobrecarga de componentes curriculares, influenciando numa má organização do tempo para os estudos por parte dos mesmos, ocorrendo inclusive uma escassez de tempo para a realização das atividades de lazer.

Com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) técnicos integrados ao Ensino Médio, no formato integral, reformulados a pouco tempo, modificando de 4 para 3 anos o período para sua conclusão, percebe-se que, a quantidade de conteúdo a ser aprendido anualmente, necessita ser averiguado, no que diz respeito as repercussões no desempenho acadêmico dos discentes.

A Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio Integrado (EPTNMI), reestruturada, permite a integração curricular, embora apresente-se atualmente com alto número de componentes a serem explorados durante o ano letivo, requerendo uma maior disciplina aos jovens ingressos, em concordância com as respostas dos participantes, estas características encontram-se ausentes nas ações acadêmicas, dificultando as aprovações nas avaliações destes jovens. O participante EP 1 esclarece que:

Muitas disciplinas e o alunado não está acostumado a passar o dia todo estudando, e quando chega em casa é basicamente pra dormir, pra que no outro dia ele volte. Eu creio sim, que a quantidade de disciplinas interfere (sim) nesse processo.

O EP 6 reforça o argumento, e acrescenta, ao expor os motivos pelos quais os estudantes sentem dificuldade em se organizar para os estudos:

Pesa a carga horária, pesa a quantidade de disciplinas, o ritmo de cobrança pesa. O tempo que ele fica ali, ... o tempo escolar é o tempo que ele está na sala de aula. O tempo em casa é o tempo mínimo que ele tem. À noite, se ele der conta, se ele ainda tiver condições físicas pra aguentar estudar... Porque, às vezes, num mesmo dia ele tem que

dar conta de dez trabalhos, tem que estudar pra prova seguinte, entendeu? O formato do ensino também precisa ser pensado.

FATORES EXTERNOS ESCOLARES COMO POSSÍVEIS CAUSAS PARA RETENÇÃO

Defasagem educacional no percurso anterior (Ensino Fundamental) e as dificuldades nas disciplinas e anos de estudo.

Um dos principais fatores para a retenção, assinalado pelos participantes é a lacuna educacional não sanada no percurso formativo que antecede o ingresso ao Ensino Médio. Com relação ao ensino anterior falho, o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018) evidencia essa realidade ao explicar que os estudantes concluem o Ensino Fundamental com muitas lacunas educacionais, apresentando deficiências na área de linguagem e códigos, bem como na de matemática e suas tecnologias, o que também é confirmado por Silva et al. (2014).

Apesar dos avanços na redução do abandono escolar, os números em relação as reprovações, em quase todas as regiões do Brasil, continuam expressivos. Segundo Fritsch et al. (2019), o maior tempo de permanência na escola não está necessariamente relacionado ao êxito acadêmico, o que justifica o atraso escolar de 2,2 milhões de jovens, totalizando 28% dos estudantes do Ensino Médio (UNICEF, 2018).

O primeiro ano, para os estudantes e a equipe pedagógica, se configura como um período de alto impacto, sendo considerado o mais penoso, seguido pelo terceiro. Nesse sentido, os participantes da EP, que acompanham os estudantes, destacam que:

EP 4 - Muitos estudantes, como em todas as áreas, não são só nesses dois cursos, eles vêm muitas vezes de um Ensino Fundamental com várias lacunas, e acaba impactando no aproveitamento deles desde o primeiro ano. Pra mim as lacunas que o estudante teve no Ensino Fundamental contribuem para a questão da retenção.

EP 6 - Ele vem de uma escola pública que não tinha o mesmo ritmo de estudo de um Instituto Federal, ele tinha menos disciplinas, ele tinha um outro processo e um outro ritmo de estudar. Nem sempre, esse percurso da formação básica, ela não é uma formação boa, é uma formação que muitas das vezes deixa a desejar, por várias quebras, por várias interferências, esse aluno não consegue uma boa formação, que é a básica. Aí, ele entra pro primeiro ano no ensino

médio no instituto federal e ele se depara com uma rotina de estudo, com horário integral, com 19 disciplinas, com vários professores, e com metodologias diferenciadas. Isso assusta muito.

Outro ponto que repercute sobre as consequências das defasagens é o entrave quanto a compreensão sobre as áreas do conhecimento. Examina-se que, em razão de não apresentarem uma boa base unitária de formação geral, esses sujeitos se veem em uma situação de esforço desmedido para realizarem a passagem para uma nova realidade, não apenas de profundidade cognoscível, mas de mudanças estruturais em sua própria vida, de acordo com Ramos (2008). Os estudantes explicitam uma outra situação, bem presente nos estudos de Figueiredo e Salles (2017), Matinho et al. (2017) e Silvas (2018): as disciplinas técnicas são as mais complexas, sendo que para alguns as dificuldades independem das áreas do saber.

FATORES FAMILIARES COMO POSSÍVEIS CAUSAS DA RETENÇÃO

A influência familiar e a ausência no acompanhamento educacional dos jovens

Nos fatores familiares, buscou-se identificar a influência da família nas decisões e vivências educacionais, bem como a forma de acompanhamento do percurso formativo dos jovens.

Para 40% dos estudantes pesquisados a família foi determinante para a escolha do curso, bem como para a permanência na instituição, pois ela é a responsável pelo aceite, ou recusa, quanto ao desligamento do menor da instituição de ensino. Tal fato, influencia diretamente na evasão, todavia, como relatado pela equipe pedagógica, há a evasão de corpo presente, quando o estudante se encontra na instituição, mas não frequenta as aulas, culminando na retenção.

Outro fator, é que, apesar de indicarem os problemas familiares como uma das causas da retenção, os estudantes não afirmaram ser as dificuldades econômicas as principais, permitindo interpretar que além das questões financeiras pode haver problemas de outra ordem.

Para melhor compreensão desta abordagem, associamos os questionamentos realizados junto aos professores e a equipe pedagógica, ao modo pelo qual a participação familiar impacta a vida escolar dos estudantes do Campus Boa Vista (CBV).

A partir das falas dos professores e da equipe pedagógica, apresentadas a seguir, pode-se verificar com mais clareza essa situação:

Quadro 2: Trechos das entrevistas sobre a participação familiar

EP 3 –	Há pouca participação familiar. Você pega uma turma de 35, e você pega quatro pais querendo saber como está o filho.
EP 4 -	Por vezes, nós temos que fazer visitas domiciliares com a equipe de assistência ao estudante, para confirmar informações. Muitas famílias acompanham o estudante, mas a grande maioria só vem em busca do resultado.
EP 6-	Nem todos participam. Nós temos muitos casos de alunos que têm ausência da família.
P 1 –	A família é responsável por auxiliar o estudante na organização do tempo de estudo, lazer e afazeres domésticos, de modo que possa cumprir com suas obrigações.
P 3 –	Como são adolescentes existe um grau de insegurança e medos típicos da idade, o “fardo” se torna mais leve com o apoio da família.
P 12 –	A família é um elo muito importante no aprendizado e ajuda no diagnóstico do aluno quando o mesmo tem dificuldade. Também é importante que trabalhe junto à escola para orientar melhor os estudantes, pois são os contatos diretos com eles.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A partir das respostas, nota-se uma baixa participação familiar no acompanhamento acadêmico dos estudantes no Campus Boa Vista (CBV), sendo o primeiro ano o período de maior mobilização dos pais quanto ao reconhecimento da instituição e das rotinas escolares cumpridas pelos filhos. Mas, após os primeiros meses, os responsáveis logo se tornam ausentes do processo, requerendo ao Departamento de Apoio Pedagógico (DAPE) e à Coordenação de Assistência ao Estudante (CAES) a realização de buscas ativas no intuito de verificar situações problemáticas apresentadas pelos estudantes. *“Esses problemas normalmente são desconhecidos da família, pois ela se encontra desvinculada da nova vida estudantil do jovem”*, comentou EP 1.

As dificuldades financeiras

As dificuldades financeiras surgem neste estudo, bem como em muitos outros, como um fator provocador da retenção escolar, o que segundo Batista; Souza e Oliveira (2009), Silvas (2018) e Neto (2019), entre outros, afirmam haver uma relação

entre as altas taxas de falta de êxito escolar com as desigualdades sociais tão comuns aos modos de vida brasileiro.

O estudo em dois turnos, realizados na Educação Profissional e Técnica de Nível Médio Integrado Integral (EPTNMII), requer aos jovens maior empenho e provisões para o transporte e a alimentação. Há os auxílios provenientes da Coordenação de Assistência ao Estudante (CAES), com a política regulamentada pelo Decreto n°. 7.234 de 2010, o qual normatiza a promoção da permanência e de conclusão dos estudos para os Institutos Federais (IFs), permitindo ações preventivas da evasão e da retenção (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015). Porém, nem todos os jovens que necessitam conseguem obtê-los.

Apesar das ações de apoio, a equipe pedagógica no Campus Boa Vista (CBV) vem percebendo, a partir das análises sobre o fluxo estudantil anual, os grandes desafios a serem enfrentados por não conseguirem auxiliar 100% das demandas que possuem. Aproximadamente 50% dos que necessitam de auxílio financeiro, não o conseguem, frequentemente, quando não desistem do curso, acabam acumulando problemas de aprendizado e apresentam um percurso formativo não contínuo.

Sobre essa demanda não atendida pelo auxílio assistencial, o participante EP 6 explica que:

Esses auxílios têm o objetivo de sanar pro aluno, naquele momento, uma dificuldade que está interferindo, que está se interpondo nesse processo de estudo dele, e sanar, no sentido de que eu posso gerar para ele a permanência dele no instituto e o êxito. Em relação a 2019, nosso percentual, no nosso relatório de atendimento a esses alunos, com esses auxílios, foi de 97 %, então, é cem por cento praticamente. Então, o percentual pra gente é de 100% de atendimento dentro do limite orçamentário que nós temos. Nós só atendemos dentro do nosso limite de renda. Aí, tem a demanda reprimida. É aquele aluno que não entrou porque nós temos a quantidade de vagas para atender. Por exemplo: Eu tenho a quantidade de dinheiro que dá pra atender 100 alunos, mas às vezes, a minha demanda são 200, entendeu? Então, temos que trabalhar com muitas possibilidades pra que esses outros 100 alunos não saiam da escola.

Apesar da não cobertura do auxílio assistencial em sua totalidade, tanto no Campus Boa Vista (CBV) quanto de forma mais global, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os resultados das medidas para permanência e êxito dos estudantes vêm se mostrando eficazes, o que pode ser observado no relatório anual da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) (BRASIL, 2019b). Além disso, tais dados reafirmam ser complexos os fatores envolvidos nas ocorrências das retenções

e das ações a serem implementadas para sanar a problemática, são questões que vão além dos fatores econômicos.

FATORES INSTITUCIONAIS COMO POSSÍVEIS CAUSAS DA RETENÇÃO

Número elevado de disciplinas e carga horária

Conforme exposto, a possibilidade de articulação entre a área técnica e a propedêutica permitida pelo Decreto de nº5.154/2004, e posta em prática em 2008 por meio da Portaria nº 386 (DORE; LÜSCHER, 2011), os cursos técnicos tornaram-se integrados, o que trouxe acréscimos no número de componentes curriculares a serem estudados.

Segundo os participantes, o número elevado de disciplinas e de carga horária vem refletindo negativamente na vida acadêmica e pessoal desses jovens. Comparado ao Ensino Fundamental, de onde os estudantes são egressos, há o aumento de aproximadamente 50% no número de disciplinas, as quais requerem uma base educacional sólida para que seja possível compreender as ciências e as tecnologias, de modo a transformar o conhecimento em algo concreto, característica das instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPTs). Esse é um dos principais itens em destaque. O EP2 explica que:

EP 2 – Um aluno vem do fundamental onde cursou 8 disciplinas e entra no ensino médio e pega 22 disciplinas. Em edificações são 21 disciplinas. Tá entendendo? [Isso] no primeiro ano. Como é que esse aluno vai conseguir? Aí assusta, não assusta? Até a gente se assusta. Não assusta?

Atualmente, já no primeiro ano, tanto em Eletrotécnica quanto em Eletrônica, os estudantes iniciam o curso com 16 componentes curriculares.

A postura profissional

Quanto a postura do profissional e como este fator pode interferir no aumento ou diminuição da retenção, todos os participantes, nos três grupos, disseram ser importante as atitudes dos professores no auxílio ao êxito acadêmico e comentaram nas questões justificadas e em trechos das entrevistas, conforme exhibe o quadro 3:

Quadro 3: Considerações sobre a interferência profissional para a retenção

Sujeitos	Trechos das entrevistas e respostas justificadas
ER 1 -	Acho muito importante, pois teve um professor de química que vivia brigando com a gente, pois feríamos o orgulho dele e isso era péssimo, e por outro lado tivemos aula com uma outra professora que era um espetáculo que sabia dar uma boa aula.
ER 4 -	Não só as ações dos professores, mas dos alunos também. Tem que haver uma reciprocidade positiva nos dois lados. Quanto maior o atrito entre alunos e professores, pior fica.
P 1 -	Se o professor não oportunizar a interação entre os estudantes, não privilegiar atividades práticas em que os estudantes assumam a responsabilidade pela resolução de um problema, não demonstrar o significado do conteúdo para a formação profissional ou humana, a tendência é ter alunos sem interesse em aprender.
P 3 -	Professor habilitado, com boa preparação técnica e pedagógica, que conhece as Estratégias Pedagógicas para usar os recursos didáticos adequados, pode conseguir melhores resultados para reduzir a retenção escolar.
EP 1 -	A postura do profissional, interfere tanto para o aumento quanto para a redução. Se o profissional não tem uma preocupação com o aluno, com o tempo o aluno vai se desmotivar. Isso é em qualquer área.
EP 3 -	Em certos casos. A atitude do professor tanto aproxima quanto pode afastar. A dinâmica das aulas, a aplicação do conteúdo pode motivar os estudantes como também o contrário, pode afastá-los. Há professores que utilizam nas aulas métodos bem interessantes que aproximam o aluno do conteúdo, e criam interesse pelo conteúdo, tornam as aulas bem interessantes. E por outro lado, existem professores que usam um ensino antiquado onde o aluno apresenta dificuldades.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Desta forma, os professores, a equipe pedagógica e os estudantes indicaram ser o material humano um fator de extrema importância para o êxito dos estudantes, bem como para o desestímulo ao estudo. Destacaram os fatores de cunho emocional, os psicoemocionais, como a empatia, as ações de proximidade, de acolhimento, de compreensão e de auxílio, em uma relação horizontal, de corresponsabilidade na aprendizagem, entre professor e aluno, como referenda Freire (1996), um aspecto imprescindível ao alcance do êxito acadêmico juvenil. Para Araújo e Frigotto (2015), essas condições oportunizam aos jovens desenvolverem a autonomia, a metacognição, a autorregulação e, assim, legitimam a aquisição da formação humana integral preconizada pela educação profissional.

A organização didática

Em relação aos possíveis fatores institucionais como causa para esse fenômeno, há como sugestão a realização de uma revisão na organização didática da instituição, para uma eficaz execução das dependências em disciplinas. Para os participantes há a necessidade na facilitação do aluno, a conclusão das dependências que teve, no mesmo ano em que foi gerada, reduzindo a sobrecarga que recairia para o ano seguinte, aliviando a tensão nos períodos posteriores.

Na seção III, Art. 231, inciso II, da Organização Didática do Instituto Federal de Roraima (IFRR, determina-se que turmas poderão ser criadas para a dependência conforme critério da coordenação (IFRR, 2018). Porém, são necessárias horas disponíveis na carga horária de professores e certo quantitativo de estudantes que justifique tal mobilização, o que nem sempre se concretiza. Esse fator pode estar postergando a realização das dependências, pois não há como ofertar dependência se não houver quem a ministre, como bem se demonstra neste trecho da entrevista:

EP 4 – A gente oferece dependência aqui. Primeiro eu preciso garantir o docente, esse é um problema. Porque a dependência em Matemática, por exemplo. O professor de Matemática hoje no *Campus* que tem menos aulas, tem 18 horas, isso o que tem menos. Porque tem professor com 22 h. Então, como é que eu ainda vou ofertar dependência? Não é uma questão de ofertar por ofertar, ou não ofertar, é uma questão de distribuição de carga horária do professor.

Referente aos procedimentos de atendimento aos estudantes retidos, os inquiridos sugeriram algumas formas de auxílio por parte da instituição.

ER 1- Ser mais ágil na hora de serem pagas as dependências. Sempre somos meio que deixados para última escolha. Minha opinião é juntar os alunos com dependências e fazer aulas ou trabalhos virtuais para a finalização do ensino com os alunos.

ER 7 – Procurar dar apoio para aquele aluno que está com dificuldade, dar a ele a oportunidade de ter uma aula com mais atenção. Eu só vim aprender certas coisas na dependência mesmo, pois tive quase toda a atenção pra mim, e isso foi muito importante, pois a minha turma era muito grande e ficava com vergonha de pedir ajuda dos professores, pois ele já tinha muita gente pra ensinar, e assim eu recorria aos meus colegas de curso para me ajudarem.

Considerando as informações repassadas pelo diretor de ensino, o professor Ananias Noronha Filho, normalmente há professores que estão se aposentando ou em processo de aposentadoria, e a reposição desse pessoal demora para ser

restituído. Há também a carga horária do professor, que pode estar no limite, não havendo condições de atender a dependência.

Portanto, verifica-se que a problemática se encontra na inconstância dos horários vagos dos professores e na iminência de futuras aposentadorias, atrasando a realização das dependências, como também nas determinações da organização didática quanto ao número mínimo de estudantes para a oferta de dependências.

Integração curricular

Outro aspecto abordado foi a dificuldade da integração curricular. Associada a essa resposta está a solicitação para a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos cursos no intuito de se reduzir o número de disciplinas. A ação de tornar íntegro e uno o currículo é apontada por todos os entrevistados e docentes como medida indispensável e urgente, apesar de ser de difícil execução, pelo necessário planejamento e desprendimento dos partícipes, como revelam as justificativas dos professores P1 e P10.

P 1 – Proponho “Integralizar de fato o currículo, resultando na redução do número de disciplinas e, conseqüentemente, no volume de atividades solicitadas aos estudantes.

P 10 – A instituição deve reformular os Planos de Curso, para que o ensino seja realmente Integrado. Pois, em 2021, por exemplo, as disciplinas/componente curriculares são desenvolvidas de forma isolada. Há uma maquiagem da realidade. Um exemplo: os professores da disciplina de Física e Eletricidade Básica são redundantes, ministrando os mesmos conteúdos em momentos diferentes.

A ação de efetivação da integração curricular está presente no Plano Estratégico da Instituição (IFRR, 2019, p.22) e tem fundamentado procedimentos contudentes para sua concretização, como a reformulação dos currículos dos cursos e a elaboração de projetos integradores.

A finalidade da educação profissional é permitir, por meio da articulação entre teoria e prática, romper com a dicotomia entre os saberes e favorecer ao educando uma compreensão mais ampla dos processos científicos e tecnológicos, com vistas à autonomia humana, no intuito da formação integral e unilateral, preconizada por estudiosos da EPT e expressa no Decreto Lei nº 11.741 de 2008 (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Para Ciavatta e Ramos (2011), esse relacionamento dos componentes curriculares precisa estar expresso no currículo, mas sem prender-se a tal, pois, “as mentes formadas pelas disciplinas [fragmentadas], perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos naturais” (MORIN, 2000, p.38)

Apesar de indicada, verificam-se muitos entraves para que a integração se efetive, como bem explicam os seguintes trechos das entrevistas realizadas com os participantes EP1 e EP3.

EP 1 - Tem que ser feito um trabalho com eles (os professores) pra uma mudança de pensamento. Também não é só pegar o projeto e dizer o que tem que fazer, mas fazer uma sensibilização. Até porque, ele (o professor) vai precisar dedicar um pouquinho a mais de tempo pra trabalhar com o projeto, e tem um processo que tem que acompanhar no projeto integrador, que às vezes, o colega não quer ter esse esforço a mais.

EP 3 – É uma dificuldade. Justamente porque geralmente estamos ocupados. Não há muito tempo para sentarmos. Primeiro você tem que fazer um projeto integrador, pra conhecer o eixo comum que você quer atacar. E depois como é ensino técnico você tem que sentar com o pessoal da área técnica, e depois ver se você vai precisar da área propedêutica. Aí você chama os professores das propedêuticas. É uma dificuldade você articular isso aí, mas não é impossível. Nós começamos a fazer isso em 2019, já íamos iniciar, mas com a pandemia foi parado.

Para os professores, algumas ações são necessárias, como:

P 11 - Antes de integrar as disciplinas é necessário estreitar laços entre os professores que as ministram, para que possam juntos pensar em projetos integrados.

P 5 - Acho que é necessário um trabalho partindo da pró-reitoria de ensino, que conduza os professores das áreas técnicas e propedêutica a trabalharem juntos essa integração. É necessário também conscientização e persistência dos professores.

Tais apontamentos vão ao encontro das principais dificuldades promotoras da retenção citada pelos participantes: o alto volume de disciplinas e da carga horária.

Tempo reduzido para planejamento

Há também uma questão delicada no cotidiano da prática pedagógica: o tempo para planejamento. Quando questionados sobre as principais dificuldades para a

efetivação da integração curricular, que viria ao encontro das ações de combate à retenção escolar, tanto os professores quanto os integrantes da equipe pedagógica citam o tempo reduzido e, posteriormente, o pouco conhecimento sobre as áreas de atuação dos outros colegas.

P 2 - É difícil conseguir um horário em que os professores possam se encontrar para fazer um planejamento integrado.

P 4 - Individualidade: os professores estão acostumados a ministrar conteúdos de forma individual. Tempo: a integração requer bastante tempo de planejamento no coletivo e há dificuldade de juntar os professores para esse trabalho.

P 6 - Professores não têm interesse ou disponibilidade para conversar ou desenvolver projetos integrados.

Conforme a literatura analisada, composta por Ramos (2008), Araújo e Frigotto (2015), Ribeiro, Veloso e Zanardi (2020), no processo para que ocorra de fato a integralização curricular há a necessidade de um planejamento em conjunto e disponibilidade dos participantes na análise dos componentes, observando como estes se complementam e se apoiam. E isso requer tempo. Fato esse que, apesar de circunscrito nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), normalmente se configura insuficiente para a compreensão de todos os aspectos da sua integração. Isso pode ser ratificado no trecho da entrevista abaixo.

EP 4 - Nós padecemos hoje, de talvez, não quero afirmar, a gente talvez tenha falhado também como docente em proporcionar esses momentos. E também, às vezes, nós proporcionamos e, a falta de uma construção coletiva para esta proposta também pode fazer com que o docente entenda que se queira apenas dar trabalho para ele. Então, acredito que é, muitas cabeças que não estão conseguindo pensar junto para dizer ou para mostrar a importância dessa construção. É uma construção que demora, precisa de compromisso e precisa de disponibilidade, precisa de todos quererem fazer essa construção. Então, temos tempo? Temos o tempo previsto. Mas nós não estamos sabendo executá-lo.

Embaraço com a complexidade da instituição

Além do tempo, a equipe pedagógica relata a complexidade da instituição, que lida com diferentes níveis, etapas e modalidades educativas, fazendo com que vários professores transitem por níveis e modalidades diferentes durante o ano letivo,

havendo ainda, como requisito, o trabalho de pesquisa e extensão. Tudo isso pode interferir na qualidade do planejamento e no tempo que se destina para executá-lo.

EP 2 - Nós controlamos muitas variáveis. [...] Porque é uma complexidade de situações. Porque se fosse só graduação, não teria sentido ter um instituto. Nós atendemos a tecnologia, no âmbito da pesquisa e da tecnologia em vários eixos.

EP 4 - O ponto principal aí, é entender que eu estabeleci como exercício, enquanto docente, que eu sou um professor da educação básica, técnica e tecnológica, onde eu entendo que esta instituição aqui trabalha com diversas modalidades. [...] Trabalhar em diversas modalidades é um dificultador? É um dificultador. Mas aí a gente volta à questão anterior, quem sabe se o planejamento for integrado a gente não contorne essa situação, em que eu vou ver a professora que é da minha mesma área e que pode atender, em forma de projetos, determinadas demandas.

A partir dos relatos, verifica-se que, para os participantes, a integração curricular se insere como possibilidade reversa de um dos pontos originários da retenção e da evasão, pois possibilita a melhor distribuição das disciplinas, a adequação dos ambientes para o seu desenvolvimento e uma nova noção de tempo, proporciona ainda a reflexão necessária sobre a complexidade institucional, a qual propõe o alargamento da ótica acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nos levam a constatação que a retenção vai além de uma simples reprovação, mas se configura como um conjunto de falta de êxitos, consecutivos e graduais, acumulados ao longo do percurso formativo, originário da combinação de diversos e diferentes fatores.

Para todos os participantes o excesso de disciplinas, a extensa carga horária e as defasagens educacionais, são os principais fatores para a incidência das reprovações, as quais associadas a falta do hábito de estudar, e à inabilidade na organização dos horários para o aprimoramento educacional, conduziram os alunos às retenções. Além disso, as informações coletadas indicam haver, por parte dos estudantes, uma maior valorização da qualificação profissional e das possibilidades

de ingresso no mercado de trabalho após o término do curso, ou seja, muito mais que a identificação com área. O fator família surge e chama a atenção pela ausência no acompanhamento do percurso formativo do jovem, o que é preocupante para os professores e a equipe pedagógica, por ser de grande influência sobre as decisões destes jovens.

Verificou-se, a existência do compromisso e da responsabilidade da instituição na busca por ações de compreensão das ocorrências das retenções, e dos meios para preveni-las, através de ações que estão sendo desenvolvidas desde 2015. Porém, a pandemia gerada pelo coronavírus (SARS COVID-19) e o estudo a distância, fizeram com que algumas ações presentes no Plano Estratégico de Permanência e Êxito fossem paralisadas, ou mesmo, modificadas.

Como previsto, o estudo também demonstrou o surgimento de fatores para a causa da retenção semelhantes aos de outros autores, entretanto, a característica em que a Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio Integrado Integral (EPTNMII) está configurada, fez surgir, em conformidade aos fatores institucionais, novas subcategorias interessantes de serem aprofundadas: o formato integral integrado, a escassez do tempo para o planejamento, a organização didática, curricular e a complexidade institucional.

Por fim, a pesquisa demonstra haver melhores resultados quanto a identificação das causas com estudos mais pontuais, mais restritos, aos níveis e modalidades pois há, para cada curso, motivações diferentes que se sobressaem, indicando assim, ações mais específicas. Afirma-se também, que há muito a ser investigado na EPTMII e em sua organização, as quais implicam no sucesso estudantil.

Para além da identificação das causas e levantamento das ações promovidas pela gestão do Campus Boa Vista (CBV), o estudo proporcionou a reflexão sobre os entraves existentes para a efetividade do êxito acadêmico dos jovens nos cursos analisados com vias ao cumprimento dos direitos sociais dos estudantes.

Sabe-se que erradicar o fenômeno da retenção é tarefa difícil, tendo em vista as discrepâncias socioeconômicas e culturais a que estão sujeitos os aprendentes e professores. Para tanto, se faz necessária a constância nos cuidados e acompanhamentos aos estudantes, principalmente aos que se encontram com resultados negativos, de forma a inibir o atraso escolar, o descontentamento dos sucessivos resultados negativos e a possível consequência da evasão.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. J.; BRITO, R. A. TENÓRIO, A. C. Reprovação Escolar e implicações para a promoção de uma educação como direito. In: VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 2012, São Cristóvão/ SE.
- ANDIFES. TCU avalia Institutos Federais e recomenda mudanças, 2013. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/tcu-avalia-institutos-federais-e-recomenda-mudancas/> Acesso em: 11/11/2019.
- ARAÚJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52. N. 38, p. 61-80, mai./ago. 2015.
- BARDIN, L. Análise do conteúdo. 70 ed. Lisboa, Portugal. 2011.
- BARROS, L. O. B.; MURGO, C. S. A escola dos alunos reprovados: um estudo qualitativo. Pesquisas e práticas psicossociais, v. 13, n. 3. São João del-Rei, jul./set., 2018.
- BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n. 19, 2009.
- BRASIL, MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF, 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 21/11/ 2019.
- _____, MEC. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal. DANTAS, Anna Catharina et al. (coord.). MEC, 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 09/01/2020.
- _____. INEP. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Centro, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/relatorio-do-2o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-pne-2018>. Acesso em: 21 e 26/11/2019.
- _____, IBGE. PNAD Contínua (educação), 2019a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 24/05/2021.
- _____, MEC. Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Brasília - DF, 2019b disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em 21/11/2019.
- _____, INEP. Censo escolar, 2020. Disponível em: [Download.inep.gov.br/censo-escolar/resultados/2020/apresentação_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo-escolar/resultados/2020/apresentação_coletiva.pdf). Acesso em: 24/05/2021.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. Educação Profissional no Brasil. Petrópolis – RJ: Vozes, 2016.

CARNEIRO, Moaci Alves. O nó do Ensino Médio. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

CIAVATTA, M. A formação integrada - a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 27/02/2020.

_____, M., RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 5, n. 8, 2011, p. 27-41. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 27/02/2020.

DORE, R; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na Educação Técnica de nível Médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, vol. 41, n.º 144, pp.770-789, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 14/11/2019.

FERREIRA, Cristina A. Acesso, evasão, permanência escolar na rede federal de ensino - UFPA, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23763_12666.pdf. Acesso em: 12/02/2020.

FIGUEIREDO, N. G.S.; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. Ensaio: aval. pol. públ. Educ.[online], vol.25, n.95, pp.356-392. 2017. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500397>>. Acesso em 11/10/2019.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRITSCH, R. et al. Percursos escolares de estudantes do ensino médio de escolas públicas do município de São Leopoldo, RS: desempenho escolar, perfil e características. Rio de Janeiro, 2019.

GESSER, E. E.B; MARTINS, S.A. Abandono e repetência na 1ª série do Ensino Médio: Desafios e Ações. Caderno PDE – Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, v.1, 2017. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_evanizeelizabussgesser.pdf. Acesso em: 21/11/2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GIL, N. L. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. Revista Brasileira de Educação, v. 23, ed. 230037, 2018.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782018000100229&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15/09/2019

IFRR, Portaria n°. 1392/2015. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/reitoria/gestao-de-pessoas/portarias/2015/portaria-no-1392-de-1o-de-setembro-de-2015-designa-comissao-interna-geral-responsavel-pela-coordenacao-e-sistematizacao-da-elaboracao-do-plano-estrategico-institucional-para-permanencia-e-exito-dos-estudantes-do-ifrr>. Acesso em 20/01/2021.

_____. Organização Didática. Resolução 338/2018. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/acesoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2018>. Acesso em: 11/11/2020.

_____, Plano de integridade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IRFF), 2019. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/acesoainformacao/participacao-social/conselhos-e> Acesso em: 12/03/2020.

_____, CONSUP. Resolução 599, 2021. Disponível em: [https://www.ifrr.edu.br/acesoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2021/resolucao-n-o-599-conselho-superior#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20Diretrizes%20Institucionais%20para%20o%20desenvolvimento%20das%20Atividades,coronav%C4%B1%CC%81rus%20\(Covid%2D19\)](https://www.ifrr.edu.br/acesoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2021/resolucao-n-o-599-conselho-superior#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20Diretrizes%20Institucionais%20para%20o%20desenvolvimento%20das%20Atividades,coronav%C4%B1%CC%81rus%20(Covid%2D19)). Acesso em: 12/01/2022.

JACOMINI, M. A. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. Educação e Pesquisa, São Paulo - SP, v.35, n.3, set/dez, 2009, p. 557-572.

LÜDEK, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARTINHO, M. et al. Retenção no Ensino Médio: problemáticas e consequências. V CONEDU - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. v. 5, n. 4, 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1496>. Acesso em: 14/04/2020.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Editora Cortez, 2ª edição, 2000. São Paulo. Brasília – DF: UNESCO.

NETO, J. O. R. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. Educação em Revista, Marília, v.20, n. 2, p.7-24, Jul-Dez, 2019.

OLIVEIRA, G. E., OLIVEIRA, M. R.N.S. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. Revista Eletrônica de Educação, v.9, n. 3, p.198-215, 2015.

RAMOS, M. Conceção do Ensino Médio Integrado. 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 11/01/2020.

_____, Marise. História e política da educação profissional. Coleção formação pedagógica. Instituto Federal do Paraná; v.5. 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 12/05/2020.

RIBEIRO, P. M.; VELOSO, S. G. A.; ZANARDI, T. A. Educação integral e integrada: a avaliação emancipatória a caminho de uma lógica dialógica. Revista Cocar, v. 14, n. 28, jan/abr., 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. 3 ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006.

SILVA, P. B. C. et al. Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 a 2014). *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*[online]. 2014, vol.24, n.91, p.445-476. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362016000200009>. Acesso em: 11/01/2020.

SILVAS, J. A. EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: trajetórias e motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio. Dissertação (Mestrado), CEFET/ MG. Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica. Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Juliana_Alvorenga_Dissertao__1_%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Juliana_Alvorenga_Dissertao__1_%20(1).pdf). Acesso em: 20/01/2021.

UNICEF. Trajetórias de Sucesso Escolar – Recomendações para gestores municipais e estaduais, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/trajetorias-de-sucess-escolar>. Acesso em: 15/07/2019.